

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Tel.: +251-11-5517700 Cable: +251-11-5517844 AU, Addis Ababa, ETHIOPIA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
11ª Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2007

ACRA – GANA

EX.CL/360 (XI)

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NA PALESTINA
E NO MÉDIO ORIENTE**

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NA PALESTINA E O NO MÉDIO ORIENTE

INTRODUÇÃO

1. A 11^a Sessão Plenária do Conselho Executivo, que coincide com o quadragésimo aniversário da ocupação, por Israel, de vastas áreas da Palestina ao longo do território fronteira dos países árabes vizinhos, reconhece que, não obstante as inúmeras iniciativas de paz e esforços no sentido de se alcançar uma solução definitiva a este conflito trágico, não se registou nenhum progresso significativo na resolução do conflito israelo-palestiniano. Importa igualmente lembrar que sucessivos governos Israelitas recusaram sistematicamente qualquer negociação séria com os países árabes, cujos territórios foram ocupados em 1967 até ao fim da guerra de 1973.

2. Em cada dia que passa, está a ficar mais claro a todos os observadores e partes interessadas que é necessário a comunidade internacional e organizações regionais envidarem mais esforços, a fim de fazer face aos crescentes riscos da ocupação contínua e agressões israelitas, bem como a deterioração da situação de segurança na palestina e em outros territórios árabes ocupados, caracterizada pela violência contínua, destruição massiva de vidas e de propriedades que não somente ameaça esta região mas também a paz internacional em geral.

3. Desde a realização da última Cimeira da UA, em Addis Ababa, Etiópia, de 29 à 30 de Janeiro de 2007, as terras palestinas ocupadas têm testemunhado uma série de desenvolvimentos importantes. O acordo firmado em Meca, Reino da Arábia Saudita, em Fevereiro de 2007, entre os dois movimentos palestinos, Fatah e Hamas, a formação de um Governo de Unidade Nacional, a reconfirmação da aderência à Iniciativa de Paz Árabe pela Cimeira Árabe em Riade, em Março de 2007, e as importantes decisões adoptadas com vista a consolidar a Iniciativa acima referida, todos constituem motivo de esperança para se encontrar uma solução duradoura e o início de uma nova era que levará à retomada do processo de paz que se encontra presentemente num impasse.

4. Todavia, os desenvolvimentos subsequentes impediram que fossem alcançados quaisquer resultados tangíveis no interesse da paz na região. As agressões do governo israelita, exacerbadas pelo cerco e pelo embargo impostos contra o povo palestino, os actos ilegais de matança e rapto, bem como a liquidação dos líderes de resistência palestinos, em especial, os do Movimento Hamas, continuam a ser a ordem do dia.

5. Este relatório descreve os desenvolvimentos registado na Palestina durante o período em análise a nível da política, da segurança e sócio-económico, assim como à luz das iniciativas levadas a cabo para reviver o processo de paz. Foi também revisto brevemente a situação no Líbano, onde se observaram desenvolvimentos preocupantes durante o mesmo período.

I. Situação na Palestina

A. A NÍVEL POLÍTICO

6. Na sequência da iniciativa de Sua Majestade, o Rei da Arábia Saudita, o Governo Saudita teve sucesso em reconciliar as facções palestinas, de 6 a 8 de Fevereiro, e facilitou a conclusão do Acordo de Meca, que abriu o caminho para a cessação do sangrento conflito interno entre irmãos palestinos e criou as condições para a formação do Governo de Unidade Nacional.

7. O Acordo estipulava a composição de um Governo de Unidade Nacional que integraria todas as facções palestinas, incluindo os elementos independentes. As decisões tomadas pelo mundo árabe e pela comunidade internacional em relação à questão palestina serão respeitadas, incluindo os Acordos celebrados entre a Organização de Libertação da Palestina e Israel. O Presidente Mahmoud Abbas e a Organização de Libertação da Palestina serão autorizados a administrar a negociação do acordo de paz com Israel. Com base no Acordo de Meca, foi declarado, a 17 de Março de 2007, o Governo de Unidade Nacional. Os países árabes saudaram a formação do Governo Palestino de Unidade Nacional e comprometeram-se a dar todo o seu apoio.

8. A declaração do Governo de Unidade Nacional foi também amplamente saudada pela comunidade internacional e, em especial, pela União Africana. Este reconhecimento internacional renovou a esperança do povo palestino em relação ao levantamento do embargo a ele imposto pelo segundo ano. Também criou um clima geral de optimismo em relação à retomada das conversações de paz. Porém, o governo Israelita e alguns países que apoiam a sua política recusaram-se a reconhecer este Governo e insistiam no seu boicote enquanto, por outro lado, alguns países europeus decidiam não manter relações com os novos Ministros do Governo do Movimento Hamas.

9. Os Estados Unidos da América mantiveram as suas restrições aos bancos palestinos e advertiram os bancos internacionais para não realizarem transacções com firmas financeiras e bancos palestinos. Neste contexto, o Governo Palestino não conseguiu nenhum apoio financeiro, o que levou à deterioração da situação em todos os aspectos.

10. A Cimeira da Liga Árabe, realizada em Riad, de 28 a 29 de Março de 2007, reafirmou a aderência à Iniciativa de Paz Árabe, declarada pela primeira vez na Cimeira de Beirute, em 2002. Esta iniciativa exige a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967, o estabelecimento de um Estado Palestino independente e a resolução da situação dos refugiados palestinos com base nas Resoluções

pertinentes da ONU. Por sua vez, os países árabes reconheceriam Israel e normalizariam as relações num acordo de paz final e abrangente.

11. A árabe Cimeira apelou à Comunidade Internacional para levantar de imediato o embargo, reconhecer o Governo de Unidade Nacional e lidar com os seus membros sem discriminação visto que representam todas as cores políticas palestinas.

12. A Cimeira também constituiu um Comité composto pelos Ministros das Relações Exteriores de oito países árabes (Jordânia, Arábia Saudita, Egipto, Síria, Líbano, Palestina, Qatar e Marrocos) e o Secretário-Geral da Liga Árabe, cujo mandato era estabelecer contacto com organizações internacionais e regionais a fim de explicar a Iniciativa de Paz e envidar todos os esforços no sentido de se iniciarem negociações de paz sérias e significativas com vista a alcançar uma solução definitiva baseada na Iniciativa Árabe.

13. O Comité Ministerial realizou a sua primeira reunião a 18 de Abril de 2007, em Cairo, e decidiu manter vários encontros, incluindo *inter alia*, com o Secretário Geral da ONU, com os Membros do Conselho de Segurança da ONU, os membros do Quarteto, a UE e o Parlamento Europeu, a Organização dos Estados Americanos, o Movimento dos Não Alinhados, a Organização do Conselho Islâmico e com a União Africana entre outros.

14. Na implementação do seu mandato, o Comité confiado com a prossecução da Iniciativa de Paz Árabe, solicitou ao Egipto e à Jordânia, sendo dois países árabes que recuperaram as suas terras de Israel e que mantêm relações diplomáticas com este, para que explicassem a Iniciativa de Paz Árabe aos israelitas e desdobrar esforços para facilitar o início das negociações entre Israel e os países árabes que reclamam territórios seus ocupados por Israel, designadamente, a Síria, Líbano e a Autoridade Palestina.

15. Uma delegação do Comité Ministerial foi mandatada para estabelecer contactos individuais ou colectivos com o Secretário Geral da ONU, os membros do Conselho de Segurança, o Quarteto, a União Europeia, a União Africana, a Conferência Islâmica, o Movimento dos Não Alinhados, a Organização dos Estados Americanos, o Japão, a Noruega, entre outros, e apelar para a realização de uma Conferência Internacional para o lançamento do processo de negociações directas em todas as frentes em conformidade com os textos acordados e estabelecer um calendário para a conclusão das negociações.

16. À margem da Conferência Internacional sobre o Iraque, realizada em Sharm-El-Sheikh, Egipto, de 3 a 4 de Maio de 2007, o Comité Ministerial Árabe manteve uma série de reuniões com o Quarteto e a Tróika europeia, durante as quais o lado árabe sublinhou que as partes ao conflito, isto é, Síria, Líbano e os palestinos estavam preparados para chegar a um acordo justo e aceitável de imediato e que o que se solicitava era que a Comunidade Internacional trabalhasse com Israel com vista a tomar

as decisões políticas necessárias para se conseguir este acordo. O lado árabe solicitou igualmente que fosse levantado o embargo financeiro e económico imposto à Autoridade Palestina, bem como reconhecimento pleno e não qualificado do Governo Palestino de Unidade Nacional.

17. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Egipto e da Jordânia, a quem foi incumbida a tarefa de estabelecer contacto com o governo israelita a fim de explicar a Iniciativa de Paz Árabe, na sua qualidade de representantes da Liga dos Estados Árabes, reuniram-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, a 10 de Maio de 2007, em Cairo, a quem informaram sobre o conteúdo da Iniciativa de Paz Árabe.

18. Na mesma ocasião, a Secretária de Estado americana, a senhora Condoleezza Rice, efectuou várias deslocações à região onde se reuniu com o Presidente Mahmoud Abbas da Palestina e o Primeiro Ministro de Israel, Ehud Olmert. Apesar de ambas as partes terem acordado em manter encontros bilaterais regulares, os seus esforços no sentido de iniciar negociações significativas redundaram em fracasso.

19. O Presidente Abbas e o Primeiro Ministro Olmert realizaram várias reuniões sem nenhum resultado tangível. Nestas reuniões nem sequer conseguiram chegar a acordo quanto à redução dos postos de controlo militar israelitas entre áreas da Margem Ocidental ou abrir permanentemente os postos de passagem internacional, em especial, os postos de passagem de Carnie e Rafah, perpetuando desta forma o cerco aos palestinos.

20. O governo israelita rejeitou a Iniciativa Árabe mesmo antes de a analisar e concentrou-se mais uma vez na imposição de condições para alterar os princípios da Iniciativa, em especial, os relacionados com a questão dos refugiados palestinos.

21. Tornaram-se então evidentes a extensão da fraqueza do actual governo israelita e a sua falta de visão política que a permita tomar qualquer decisão política sobre a actual situação, em especial, desde a última guerra contra o Líbano. Por outro lado, o relatório do Comité Especial que investiga a fracassada missão do exército israelita na referida guerra exacerbou a situação e tornou o governo israelita ainda mais débil. As conclusões do referido relatório forçaram o Primeiro Ministro israelita a procurar meios de fortalecer a posição do seu governo e, ao invés de tomar a sábia decisão de voltar para a mesa de negociações e aproveitar a oportunidade proporcionada pela Iniciativa Árabe, recorreu à escalada militar contra o povo palestino. Os ataques aéreos em Gaza juntamente com ataques de artilharia pesada e mísseis terrestres e marítimos sob o pretexto de querer travar roquetes palestinos lançados a partir do Estreito de Gaza exacerbou a tensão e agravou ainda mais a situação.

B. A NÍVEL DE SEGURANÇA

22. As detenções de civis palestinos por Israel continuaram numa base diária e vários membros do Conselho de Ministros palestino e vários membros eleitos do Conselho Legislativo continuam sob cativeiro ilegal. A campanha de detenções israelita atingiu o seu auge na madrugada de 24 de Maio de 2007, quando 33 activistas políticos palestinos foram detidos, entre os quais, o Ministro da Educação, Sr. Nasser Al-Shaar, Chefe do Conselho Local de Nables, além de 3 Membros eleitos do Conselho Legislativo

23. Os incansáveis esforços para libertar os presos palestinos em troca do soldado israelita capturado em Gaza, foram até então infrutíferos. É lamentável que algumas potências internacionais manifestem a sua preocupação em relação à situação do soldado israelita enquanto que, por outro lado, continuam a ignorar o sofrimento de mais de 10.000 prisioneiros palestinos, alguns dos quais estão no cativeiro há mais de 10 anos.

24. A edificação e expansão de colonatos, por Israel, na Margem Ocidental continuam e a decisão do Governo Israelita de construir 20.000 unidades habitacionais em Jerusalém e sua periferia, constitui uma contravenção total do acordo com a Administração americana no sentido de retirar os colonatos construídos depois de 28 de Março de 2003, e é também contrária às exigências do Quarteto.

25. Israel também continua a não respeitar a decisão tomada pelo Tribunal Internacional de Haia em relação ao muro de separação e o seu obstinado desafio da Resolução da Assembleia Geral da ONU, que apela para a cessação imediata da construção do muro de separação e a remoção das partes que já foram construídas. Ao invés, Israel prossegue com a construção do muro, confiscando para o efeito vastas áreas de terras de cultivo privadas, isolando dezenas de milhares de agricultores palestinos dos seus campos e isolando completamente a cidade de Qalqilya do seu meio circundante tornando-a numa imensa prisão.

26. As forças de ocupação israelitas continuam a sua agressão violenta em todas as partes da Margem Ocidental, recusando a trégua que a Autoridade Palestina aceitara na Faixa de Gaza e ignorando todos os apelos no sentido de se estender a trégua à Margem Ocidental e Jerusalém ocupada. Os contínuos ataques israelitas, desde a formação do Governo de Unidade Nacional, resultaram na morte de 80 civis palestinos, para além de centenas de feridos e destruição de um grande número de fábricas e oficinas na Faixa de Gaza.

27. A agressão israelita provocou uma reacção por parte dos palestinos que lançaram roquetes de fabrico caseiro contra áreas em torno da Faixa de Gaza. As forças de ocupação reagiram com força excessiva – iniciando, no dia 17 de Maio, vários ataques aéreos com aviões e helicópteros de combate, além de artilharia pesada e

mísseis foram lançados por terra e por navios de guerra contra áreas densamente povoadas na cidade de Gaza, resultando num novo massacre contra a residência de um Membro do Conselho Legislativo, Sr. Khalil Hayya, no qual foram mortos 8 civis e mais de 20 pessoas ficaram feridas. Os ataques israelitas não se limitaram àqueles que se suspeitava terem lançado roquetes, mas alastraram-se visando também residências de civis inocentes, lojas e locais de venda de produtos alimentícios, no dia 23 de Maio.

28. As autoridades israelitas continuaram a frustrar os esforços da Autoridade Palestina na manutenção dos sistemas de esgotos e dos locais de deposição das águas residuais no norte da Faixa de Gaza ignorando por completo o terrível impacto no ambiental e na saúde. Com efeito, um dos locais de deposição dos resíduos dos esgotos ficou destruído na noite de 28 de Março e as águas dos esgotos inundaram uma aldeia de nómadas provocando a morte de 5 aldeões, a destruição total de 250 casas, tendo outras 120 casas ficado parcialmente danificadas. A água dos esgotos poluiu uma vasta área agrícola, causando uma catástrofe humanitária e ambiental.

29. Também ao nível da segurança, eclodiram, no início deste ano, combates entre as facções em Gaza que originaram mais de 450 vítimas palestinas e grandes prejuízos económicos. Os combates só foram contidos depois da intervenção do Governo saudita, em Fevereiro, que culminou com a assinatura do Acordo de Meca e a formação do Governo de Unidade Nacional.

C. A NÍVEL ECONÓMICO

30. Os relatórios de várias agências internacionais têm repetidamente alertado contra as consequências negativas da contínua deterioração da situação financeira, nos territórios palestinos ocupados. O Relatório do Banco Mundial, publicado em Maio de 2007, estabeleceu uma relação directa entre a deterioração da situação e o cerco israelita e alertando contra a redução de investimento no sector privado.

31. A autoridade de ocupação continuou com a sua política de reter as receitas fiscais palestinas estimadas em 55 milhões \$EU mensalmente, que representam dois terços da renda nacional palestina. As reuniões mantidas entre as duas partes não conseguiram resolver este problema agravando, assim, o défice orçamental do Governo. A Autoridade Palestina não conseguiu pagar os salários dos seus funcionários, em especial, no sector de educação que testemunhou greves frequentes, com sérias repercussões no sistema de ensino, privando estudantes palestinos de educação durante prolongados períodos.

32. Por um lado, o embargo económico continuou, em particular, o embargo imposto aos bancos palestinos, enfraquecendo a Autoridade Palestina, enquanto que, por outro lado, o apoio financeiro dos países doadores, em especial dos países árabes, triplicou durante o ano transacto. Este último apoio era disponibilizado como assistência financeira directa e não ajuda produtiva aos sectores mais desfavorecidos da sociedade palestina.

33. O confiscação contínua das receitas fiscais palestinas por Israel também causou problemas sócio-económicos nos sectores público como privado.

34. A restrição imposta por Israel às exportações Palestinas e o encerramento contínuo dos pontos de passagem internacionais, resultaram em enormes perdas económicas e na acumulação de produtos agrícolas e industriais. Em muitos casos, os efeitos daí resultantes incluem despedimentos em massa e o encerramento de muitas fábricas e oficinas.

35. Israel recusa-se pura e simplesmente a iniciar conversações sobre a reabilitação do aeroporto de Gaza ou a construção do porto marítimo, inviabilizando desse modo qualquer possibilidade de geração de novas oportunidades de emprego nestes dois sectores económicos vitais.

36. Elevados níveis de desemprego que atingem 58% da mão-de-obra foram registados na Faixa de Gaza e um pouco menos na margem ocidental. 60% da população palestina em Gaza vive abaixo da linha de pobreza - o impacto desta situação é óbvio, desencaminhando um grande número de jovens e levando-os ao desespero. A procura na área de emigração também aumentou, ascendendo, pela primeira vez, a 45.000 pedidos. Embora estas estatísticas possam ser alarmantes, elas enquadram-se na política do governo israelita de tirar, por todos os meios, os palestinos dos territórios ocupados, em contravenção do Capítulo 4º da Convenção de Genebra e do seu Protocolo Adicional N° 1 relativo ao dever da potência de ocupação de proteger a população civil.

II. Situação no Líbano

37. Durante o período em análise, a situação no Líbano registou acontecimentos preocupantes que, uma vez mais, colocaram o país, já devastado por várias catástrofes, no centro da actualidade.

38. Na sequência da guerra entre o Líbano e Israel do no passado, do facto sobre o qual o Conselho foi informado, bem como das pressões internacionais para a implementação integral da Resolução do Conselho de Segurança nº 1559, a tensão aumentou entre o Governo e a Oposição do Líbano, o que levou os Ministros da Oposição a retirarem-se do Governo.

39. A oposição aumentou a sua pressão sobre o Governo, reclamando a sua dissolução e a formação de um novo Executivo de unidade nacional. Em seguida, convidou os seus apoiantes a saírem à rua, organizaram greves e manifestações, no âmbito do que ela apelidou de “ uma total reconciliação nacional “.

40. Por seu turno, o Governo exortou os seus simpatizantes a saírem à rua e apoiar a posição do Primeiro-Ministro, Sr. Fouad Siniora. A crise agravou-se a tal ponto que foi necessária a intervenção da Liga dos Estados Árabes (LEA) para reconciliar as duas partes.

41. O Secretário Geral da LEA deslocou-se ao Líbano, acompanhado pelo Representante da Presidência em exercício da Cimeira Árabe (Sudão), para tentar, com o Governo e a Oposição, encontrar uma solução aceitável para as duas partes que, infelizmente não conseguiram ultrapassar as suas divergências.

42. Em seguida, o Governo e os seus Deputados, que representam a maioria no Parlamento, solicitaram a convocação deste último para adoptar uma moção pedindo ao Conselho de Segurança a constituição de um Tribunal Internacional para averiguar o assassinato do antigo Primeiro-Ministro Rafik El-Hariri. O Porta-voz do Parlamento, Sr. Nabin Berry, opôs-se a esse pedido, em gesto de solidariedade com a Oposição.

43. A crise acentuou-se de novo. Alguns sectores da Oposição, principalmente os cristãos, exigiram a realização de novas eleições legislativas, seguidas das presidenciais. Foi neste quadro, que se regressou à mesa de negociações, com acusações de uma parte à outra em torno da violação da soberania do Líbano e tentar puxar os libaneses para uma nova guerra civil.

44. Depois do fracasso dos esforços do Primeiro-ministro e dos seus apoiantes para reunir o Parlamento, o Sr. Fouad Siniora escreveu ao Conselho de Segurança, solicitando a constituição de um Tribunal Internacional para averiguar o assassinato de Rafik El-Hariri, ao abrigo do Capítulo 7 da Carta da ONU.

45. Em reacção a este pedido, o Conselho de Segurança adoptou, a 30 de Maio de 2007, a Resolução 1757, impondo a criação de um Tribunal Internacional para julgar os responsáveis pelo assassinato do Sr. Rafik Hariri, bem como os atentados que provocaram muitas perdas de vidas no Líbano desde Outubro de 2004.

46. Foi neste contexto que surgiram graves desenvolvimentos da situação a 20 de Maio de 2007, quando violentos confrontos se desencadearam entre o exército libanês e o grupo do djihad chamado “Fath Al-Islam”, na cidade libanesa de Tripoli, no Norte do país. O exército libanês reagiu com força e foi capaz de eliminar os elementos terroristas que se espalharam em vários locais da cidade. Os confrontos estenderam-se em seguida para o campo de refugiados palestinos de “Nahr Al-Bared”. Onde dezenas de elementos do Fath Al-Islam tiveram a sua formação.

47. Todas as partes libanesas declararam sua recusa a qualquer agressão contra o exército nacional e exigiram a punição do agressor, qualquer que seja. Os apoiantes do Governo exigiram a extinção total deste grupo terrorista, tendo em vista a eliminação definitiva do fenómeno.

48. O exército utilizou vários meios blindados e armas pesadas para cercar o campo Nahr Al-Bared, que alberga 45.000 refugiados palestinos. Os bombardeamentos do campo efectuados pelo exército fizeram várias vítimas entre os refugiados e provocaram o corte de fornecimento de água e electricidade.

49. Neste contexto, levantaram-se várias vozes, reclamando a protecção dos refugiados que se encontravam dentro do campo. Foram realizadas várias reuniões entre os representantes da OLP e o Primeiro-ministro do Líbano. Esses esforços culminaram com um cessar-fogo entre as duas partes, facto que permitiu a entrada de viaturas da Cruz Vermelha no campo para o fornecimento de água e produtos alimentares aos seus habitantes.

50. O governo solicitou aos movimentos palestinos para pôr termo a esta situação através da eliminação do Fath Al-Islam, dentro do campo. Como esse pedido não foi implementado, foram retomados os bombardeamentos, facto que mereceu um novo cessar-fogo. Ao aproveitar-se desta acalmia, cerca de 15.000 pessoas fugiram do campo.

51. Durante o mês de Junho, os combates estenderam-se ao campo de refugiados de Din Al-Héloué, no Sul do Líbano, onde violentos confrontos opuseram o exército libanês e os combatentes do Fatah às milícias do grupo djihah Jound Al Cham Chad.

CONCLUSÃO

52. Depois de 40 anos de ocupação dos territórios árabes por Israel, a vontade deste último de se manter no local permanece. A dita retirada de Gaza é apenas um artifício em relação a actos violentos quase diários consentidos contra esta parte do território palestino, assim como em outras regiões, onde as populações continuam a sofrer os efeitos da ocupação. O relançamento da iniciativa árabe deu um sinal de esperança, mas a paz não vem sozinha, enquanto Israel não exprimir o seu compromisso com ela, através de negociações directas e justas, o desejo de uma paz duradoira na região continuará a criar fricções.

53. Por isso, é importante que a Comunidade Internacional exerça as pressões necessárias sobre Israel para finalmente, seguir o caminho da paz.

54. No que diz respeito aos acontecimentos no Líbano, constata-se a fragilidade da situação no país, onde vivem vários refugiados palestinos. A onda de violência nos campos de refugiados exige uma atenção sobre os riscos da presença de grupos armados que se aproveitam dos campos de refugiados para perpetrarem acções terroristas em seu próprio prejuízo, cujas condições de existência deixam muito a desejar.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4474>

Downloaded from African Union Common Repository